LEI EUSÉBIO DE QUEIRÓS: HISTÓRIA E VERSÕES

EUSÉBIO DE QUEIRÓS LAW: HISTORY AND VERSIONS

Guilherme Francisco Paiva Lemos¹

<https://doi.org/10.55839/2358-7008RCDv12n2pa125-138>

RESUMO

Desde de antes do Segundo Reinado, a luta contra a escravidão foi marcada por pressões internas e externas de diferentes grupos. Além da persistente desobediência dos cativos, os quais se negavam à condição por meio da violência contra seus senhores e suas propriedades; pela fuga e até mesmo pelo suicídio, outros atores da sociedade imperial também se colocavam a favor da causa abolicionistas: como os militares e os republicanos (esse grupo era composto principalmente de profissionais liberais). Contudo, é inegável que sem a pressão externa promovida pelo Império Britânico o sistema escravocrata teria durado muito mais. Sendo a intervenção inglesa marcada por versões e discursos, tem-se como fruto dela a Lei Eusébio de Queirós cuja existência e validade só pode ser entendida quando se junta às correntes políticas da época as decisões pragmáticas dos políticos de ambos os impérios.

Palavras-chaves: Segundo Reinado, Lei Eusébio de Queirós, Tráfico Negreiro

ABSTRACT

Since before the Second Reign, internal and external pressures from different groups of society marked the fight against slavery. In addition to the persistent disobedience of the slaves, which denied the status of slave through violence against their masters and masters' property, escapes and even suicide, others imperial society actors also stood in favor of the abolitionist cause: as the militaries and republicans (the latter was composed of independent professionals).

¹ Graduando em Direito da Universidade de Ribeirão Preto. E-mail: guilhermepaivalemos@gmail.com

However, it is undeniable that without the external pressure promoted by the British Empire, the slave system would have lasted much longer. English intervention was marked by versions and speeches and resulted in the Eusébio de Queirós Law, whose existence and validity can only be understood when the politicians' pragmatic decisions of both empires are added to the political currents of the time.

Keyword: Second Reign, Eusébio de Queirós Law, International Slave Trade

1. INTRODUÇÃO

A luta por direitos é uma constante na história de toda humanidade, não podendo ser diferente no Brasil, aqui, estas lutas, vitoriosas ou em curso, são marcadas por simbolismo e personagens icônicos, como por exemplo Zumbi dos Palmares para luta dos direitos dos afrodescendentes. Não obstante, sem diminuir o peso ideológico que personas históricas que se colocaram à frente de lutas por direitos têm, por vezes interesses ocultos levam às conquistas de tais direitos, confundindo a percepção dos que militam em uma causa, fazendo-os crer que sua participação foi mais impactante do que de fato o foi.

Isso fica nítido por meio da Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850, conhecida também como Lei Eusébio de Queirós, lei que pôs fim ao tráfico negreiro no Brasil. Essa lei pode ser vista como uma das etapas do processo que vai culminar na Lei Áurea, isto é, parte das sucessivas conquistas de direitos por parte da população negra no Brasil do séc. XIX, sendo fundamental na luta pela liberdade. Apesar de não totalmente incorreta essa visão sobre o tema, ela está muito aquém da verdade.

À luz do contexto histórico, a lei em questão surge como resultado da pressão britânica para pôr fim ao tráfico e como cambio do emprego de recursos geopolíticos brasileiros em reação a tal pressão. Tudo isso de forma pragmaticamente pensada pelos Estados, mesmo que contendo a questão da luta pelo direito à liberdade, interesses menos nobres patrocinaram a Lei Eusébio de Queirós.

Chamada de Teoria Liberal, a qual tem ao mesmo tempo um caráter explicativo e programático, ela apontaria como forças motoras que moveram o legislador da época: o juiz universal (LOCKE, p.93-94) e o cosmopolitismo (KANT, p.20-22, 2008). Logo, todo esse

processo de luta contra a escravidão seria manifestação do direito natural que todo homem possui, sendo a Lei Eusébio de Queirós umas das etapas dessa luta progressiva.

Fazendo face à teoria liberal, a teoria do realismo político, que tem como única constante a natureza humana e o sistema anárquico (HOBBS, p.59-60, 2019), este último significando a mera convivência de Estados, sem subordinação de um ao outro, desdobramento do Estado Natural do homem para realidade interestatal. Ora, tendo como pressupostos estas características, imaginar-se-ia que nunca haveria qualquer tipo progresso na luta por qualquer tipo de direito, dado a natureza perversa do homem, isto é um grave equívoco. Apesar da natureza maliciosa e de um sistema sem uma força maior capaz de reger todas as outras, a realização de ações aparentemente boas é possível, pois o agir é guiado pelo autobenefício (autoajuda) (WENDT, p.394.), fator que implica quase sempre a realização de perversidades, porém nem sempre, o que é parcialmente caso da Lei Eusébio de Queirós.

E nesse tripé, teorias, histórico e interesses do Estados que será explicado o surgimento da Lei Eusébio de Queirós e, de tudo isso, espera-se extrair uma conclusão útil para que as lutas por direitos presentes e futuras possam melhor organizar-se logrando, assim, o pleno exercício da cidadania.

1.1 DA LEI EUSÉBIO DE QUEIRÓS

De modo sucinto, a Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850, gerou dois efeitos, o primeiro foi proibir definitivamente o tráfico de escravos no atlântico; o segundo foi garantir que os escravos trazidos para o Brasil no período de 1831 e 1850, período de vigência da Lei Feijó, a famosa lei para inglês ver (SCHWARCZ et STARLING, 2021, p.243-245), fossem mantidos escravos.

Em seu art. 1º, a lei estabelece que embarcações de bandeira brasileira poderiam ser apreendidas, não importando onde, caso estivessem transportando cativos; ademais, ditava que qualquer navio em águas brasileira, não importando a bandeira, também seria apreendido sob as mesmas condições.

Outro ponto digno de nota é o art. 3º, este faz a diferença entre os traficantes, que pela lei são considerados autores do crime, e os compradores, que são considerados cúmplices, sendo os últimos punidos mais brandamente pela lei. Uma saída tipicamente brasileira, os principais compradores de escravos eram os comerciantes de escravos do Rio de

Janeiro, isto é, elite comercial do país, que naturalmente seria punida mais brandamente. Sem conta o fato que o consumidor final do cativo não seria punido, isto é, o terra-tenente, elite política e economia (quem fez a lei), não era punido.

Além do impacto imediato da lei, o fim do tráfico negreiro, houve também um intenso crescimento no comércio de escravos interprovincial, no sentido da região nordeste (ofertantes) e para região sudeste (compradores), reflexo da decadência da primeira e centralidade da segunda (SCHWARCZ et STARLING, 2021, p.275).

E, politicamente, os legisladores se articularam para proteger seu domínio sobre a terra, pois previram o intenso fluxo de imigrantes que chegariam ao Brasil após o fim do tráfico, isso ocorreu por meio da Lei de Terras, que vedava acesso à terra nas regiões fronteiriças para imigrante. Os legisladores visavam fazer do imigrante trabalhador em suas terras, não tinham preocupação de ocupar o território ou aumentar a produção agrícola.

Por fim, houve, também em 1850, antecipando os efeitos do fim do tráfico atlântico, a promulgação do Código Comercial do Império do Brasil. Conforme à análise das historiadoras Schwarcz e Starling (2021, p.274), o código fez-se necessário dado ao volume de capital que surgiu após o fim do tráfico, isto é, que nele era empregado e que agora seria aportado em outros investimentos. Tal aspecto explica o rápido desenvolvimento de várias obras de infraestrutura do período (trem, telegrafo etc).

1.2 DO LIBERALISMO POLÍTICO

Prosseguindo para a análise das ideias daquele momento histórico. O liberalismo político, no campo internacional, deve ser entendido como uma doutrina que vê o sistema internacional originalmente carente de uma regulação necessária que levará ao bem-estar dos Estados. Classicamente, essa regulação é origina-se da consciência dos direitos naturais do homem, o que não impede que a regulação seja feita por tratado, costume e pelo *jus cogens*.

A perspectiva liberal das relações internacionais se insere no contexto pela seguinte razão: à época, a principal potência mundial, a Inglaterra, pressionava o Brasil a pôr fim ao tráfico negreiro, alegando para isso a causa comum da humanidade contra o horror da escravidão.

É indiscutível a perversidade da escravidão, ele já despertava a comoção de muitos cronistas muito antes do sec. XIX, como por exemplo do Padre Antônio Vieira, que

mesmo apoiando a escravidão não deixou de notar o sofrimento dos cativos. E, baseado nos valores compartilhados e na lei natural, isto é, na percepção de que a escravidão seria maligna por grande parte do mundo ocidental, mesmo que ela ainda fosse apoiada, a exemplo de Vieira, e na percepção universal que ela deveria ser juridicamente proibida, a Inglaterra legitimou sua intervenção no Atlântico.

Esses dois pilares: compartilhamento de valores (cosmopolitismo) e lei natural (ou juiz universal, termo utilizado por Locke nas relações entre Estados) são conceitos iluministas que ainda influenciam teoria políticas nos dias contemporâneos, merecendo assim conceituação.

1.2.1 Do Cosmopolitismo

Kant, em seu livro “Paz Perpétua”, aponta os principais pontos que levam ao conflito entre Estados, e para diminuir, ou até mesmo por fim às guerras, o filósofo aponta como base para paz o princípio do respeito ao estrangeiro (p.20-22, 2008). Sendo o respeito ao estrangeiro a pedra angular da paz internacional, nasce ela da forma de governo republicana, no interior de cada Estado, e é causa do respeito ao Direito das Gentes, o qual por sua vez é causa da concertação política entre os Estados, o que Kant chama de Federação de Estados (p.11-19, 2008). Vamos por partes.

A forma republicana, ainda na perspectiva kantiana, não é necessariamente oposta à forma monárquica de governo, mas sim uma forma de organização interna do Estado que se baseie na liberdade de todos os cidadãos (ou no dizer de Kant, dos súditos), na igualdade de todos os homens e na dependência de todos os homens à uma lei (p.11, 2008). Somente um Estado com essas características suportaria a paz internacional.

Ao serem dessa forma organizados, os Estados no plano internacional conseguiriam suportar uns aos outros, no sentido que haveria margem para a convivência (KANT, p.20-21, 2008). Assim seria possível uma federação de Estados, o que não significa um Estado que engloba todos os outros Estados, mas sim a possibilidade de concertar e respeitar as decisões do concerto (KANT, p.15-16, 2008). As decisões e lei formuladas no interior do concerto seriam respeitadas pois há a convicção muita de que aquelas leis não são vãs palavras, mas leis válidas que acarretariam responsabilidades ao serem violadas.

1.2.2. Do juiz universal

Outra teoria legitimadora das intervenções inglesas, a teoria do juiz universal, Locke (p.93-94, 2001) explica o estado de guerra entre as nações pela impossibilidade de haver um juiz universal, isto é, uma força superior que possa julgar o infrator de um direito comum à dois ou mais Estados. Apesar do pensador achar impossível a existência de um juiz universal, não foram poucas as nações que se julgaram capazes de desempenhar essa papel.

Curiosamente, pode-se dizer que este é um conceito híbrido, tendo que ao mesmo tempo obedecer a aspectos imateriais, no caso a lei, e materiais, isto é, deve ter poder suficiente para punir os infratores da lei. Apesar da impossibilidade de qualquer Estado de punir todas as violações à lei, se existia alguma potência que poderia atuar em todo o globo no sec. XVIII era a Inglaterra, a rainha dos mares.

Mais adiante, quando for abordada a teoria realista, pode surgir a dúvida: não seria então o juiz universal uma teoria realista, vez que leva em consideração a realidade? A resposta é não, pois o uso da força, além de estar vinculada a existência da própria, está condicionada pelo direito das gentes, ou seja, seu uso nunca é ilegítimo.

Para a população interna da ilha britânica e para a sociedade internacional estas foram as razões alegas para a edição da Bill Aberdeen (1845), lei que classificava o tráfico negreiro como pirataria e autorizava que navios ingleses abordassem navios suspeitos para verificar se havia ou não o tráfico de cativos, não importando a localização do navio, o que significava que a Inglaterra não respiraria a soberania brasileira.

E é assim, legitimada pela lei e princípios universais, que até mesmo a elite escravocrata brasileira compartilhava, pois sabia que mais cedo ou mais tarde o tráfico e a própria escravidão teria fim, que o Império Britânico legitimou o uso da força e a violação à soberania brasileira (SCHWARCZ et STARLING, 2021, p.274)..

1.3 DO REALISMO POLÍTICO

O realismo político é uma doutrina política que data de Maquiavel, em sua obra, O Príncipe, ele estabelece a divisão entre moral e política, esta perspectiva deveria ser qualquer

grau relação com o poder, seja como um político individualizado, seja o comportamento do próprio Estado.

Todavia, é o filósofo Thomas Hobbes que explica como é inevitável o realismo político, pois ele surge da própria natureza do homem (HOBBS, p.59-60, 2019). Antes de mais nada, é mister apontar o que se entende por natureza humana segundo o filósofo, depois passar para o Estado que surge do homem, seguindo para a relação entre esses Estados, para enfim chegar no plano histórico e entender o comportamento do Brasil e da Inglaterra na questão do tráfico negreiro.

1.3.1 Do Homem e Do Estado

É comum dizer que Hobbes enxerga o homem como um ser que nasce mau, ou que, segundo o mesmo, “o homem é lobo do próprio homem”. Não obstante, é por comparação aos animais que Hobbes melhor esclarece o que é o homem, ele faz isso ao comparar o homem com outro animal que possui organização social complexa, a formiga. Dessa feita Hobbes (p.60.61, 2019) elenca seis diferenças entre os dois seres que destacam as características humanas. São ela:

“ Primeiro, que os homens estão constantemente envolvidos numa competição pela honra e pela dignidade, o que não ocorre no caso dessas criaturas. E é devido a isso que surgem entre os homens a inveja e o ódio, e finalmente a guerra, ao passo que entre aquelas criaturas tal não acontece.

Segundo, que entre essas criaturas não há diferença entre o bem comum e o bem individual e, dado que por natureza tendem para o bem individual, acabam por promover o bem comum. Mas o homem só encontra felicidade na comparação com os outros homens, e só pode tirar prazer do que é eminente.

Terceiro, que, como essas criaturas não possuem (ao contrário do homem) o uso da razão, elas não veem nem julgam ver qualquer erro na administração de sua existência comum. Ao passo que entre os homens são em grande número os que se julgam mais sábios, e mais capacitados que os outros para o exercício do poder público. E esses esforçam-se por empreender reformas e inovações, uns de uma maneira e outros doutra, acabando assim por levar o país à desordem e à guerra civil.

Quarto, que essas criaturas, embora sejam capazes de um certo uso da voz, para dar a conhecer umas às outras seus desejos e outras afecções, apesar disso' carecem daquela arte das palavras mediante a qual alguns homens são capazes de apresentar aos outros o que é bom sob a aparência do mal, e o que é mau sob a

aparência do bem; ou então aumentando ou diminuindo a importância visível do bem ou do mal, semeando o descontentamento entre os homens e perturbando a seu bel-prazer a paz em que os outros vivem.

Quinto, as criaturas irracionais são incapazes de distinguir entre injúria e dano, e conseqüentemente basta que estejam satisfeitas para nunca se ofenderem com seus semelhantes. Ao passo que o homem é tanto mais implicativo quanto mais satisfeito se sente, pois é neste caso que tende mais para exibir sua sabedoria e para controlar as ações dos que governam o Estado.

Por último, o acordo vigente entre essas criaturas é natural, ao passo que o dos homens surge apenas através de um pacto, isto é, artificialmente. Portanto não é de admirar que seja necessária alguma coisa mais, além de um pacto, para tornar constante e duradouro seu acordo: ou seja, um poder comum que os mantenha em respeito, e que dirija suas ações no sentido do benefício comum.

Os cinco primeiros parágrafos estabelecem a natureza do homem, é assim que o caráter mal do homem se manifesta segundo o autor. Agora, sendo o sexto parágrafo o qual descreve a dinâmica de poder.

O primeiro e o quinto parágrafos expõem a dinâmica constante do Estado de natureza, sendo movido por vontades incessantes, o homem, somente estará liberto de suas vontades quando deixarem de existir. De forma semelhante são os Estados, sempre buscando estender o seu poder, e, por todos o outros agirem da mesma forma, proteger-se se possíveis investidas de outros Estados.

Por seu turno, no quarto parágrafo Hobbes expõe o uso da retórica como artifício para exercer poder. Neste é demonstrado como a retórica não está a serviço da verdade e do bem, mas sim dos interesses dos soberanos. Este ponto é fundamental para contrastar o realismo político do liberalismo. O liberalismo e a lei seriam a retórica usada pelos tomadores de decisão para legitimar suas ações face à sociedade, mesmo que no íntimo o real motivo seja o interesse individual.

Por fim, o sexto parágrafo apresenta alguns aspectos interessantes sobre a dinâmica de poder, e dele podemos deduzir como será a interação entre poderes.

O primeiro aspecto é notar que o pacto firmado entre soberano e súditos é sustentado per meio da força e é artificial, gerando sempre descontentamento. Esses aspectos demonstram o caráter perpétuo da dominação que o Estado tem em relação aos cidadãos, isto é, se há estado, há opressores e oprimidos.

Segundo, Hobbes fala de “um poder comum”, entende-se que não há “o poder comum”, são diversos poderes que convivem, sendo potencialmente iguais. Em outro dizer, deriva-se do homem diversos pactos mantidos pelo exercício da força (dominação) que compartilham um mesmo plano.

Terceiro aspecto relevante é que este poder que sustenta o pacto (contrato social) é comum, isto é, uno. Não há como existir um Estado como mais de um poder sustentando o pacto, caso haja mais de um pacto em um território ocorre a existência de um poder paralelo, podendo haver a falência do Estado.

Dessa análise surge o entendimento que acordo entre Estados não poderia vigorar, pois, não há um poder superior ao outro. Mas assim como o homem em seu estado natural tem medo da morte violenta, o Estado também tem, sendo assim usa da sua força (autoajuda) para garantir sua sobrevivência.

Não obstante, para além de toda teoria extensiva, o realismo político pode ser conceituado como as ações no campo político baseado em interesses, e não em ideias.

1.4 DOS INTERESSES INGLESES

A partir do início do processo de independência do Brasil, com o traslado da corte portuguesa para o Brasil, houve um significativo aumento do comércio entre a colônia e a Inglaterra, este “boom” deve-se sobretudo ao Tratado de Comércio e Navegação (1810) e seu tratado complementar, Tratado de Paz e Amizade (1825), firmado entre Portugal (e posteriormente pelo Brasil independente) e Inglaterra (SCHWARCZ et STARLING, 2021, p.174). Os tratados traziam em seus corpos, além do tratamento favorável aos produtos portugueses e, principalmente, ingleses em terras tupiniquins, a promessa do Rei de Portugal, d. João VI, de pôr fim ao tráfico negreiro.

Curiosamente, mesmo sendo o costume da época tratar da questão do tráfico em tratados e leis que compõe o arcabouço comercial dos ordenamentos jurídicos, é estranho que a promessa de pôr fim ao comércio infame tenha sido feita em um tratado nessa natureza, vez que as ideias, supostamente tinha cunho humanista, não econômico.

É verdade que o tema da escravidão comoveu a sociedade inglesa do séc. XIX, incendiando a opinião pública e acelerando decisões políticas sobre o tema. Contudo, a burguesia britânica também via com maus olhos a escravidão, não só por seus ideais

iluministas, mas porque, sem salário, a força de trabalho luso-brasileira não poderia comprar produtos inglês (esta hipótese é realmente pouco concreta, pois mesmo que ganhassem salários, não seria o suficiente para adquirir produtos ingleses); impediriam o crescimento da renda nacional luso-brasileira, fato que impedia o aumento das trocas comerciais entre as nações e por fim, com o fim da escravidão em domínios britânicos, os produtos do primeiro setor se tornaram menos competitivos comparado aos produtos luso-brasileiros, pois agora o preço incluía os salários dos camponeses.

Desta feita, caso a Inglaterra conseguisse pôr fim ao tráfico negreiro, estaria satisfazendo ao mesmo tempo a sociedade civil engajada na luta contra a escravidão (religiosos e o movimento operário) ao mesmo tempo que promoveria os interesses econômicos da elite inglesa.

O peso dos interesses burgueses era muito mais decisivo na tomada de decisão, até porque não era comum o governo britânico acatar reivindicações operárias, vide o movimento ludista e cartista.

1.5 DOS INTERESSES E REAÇÕES BRASILEIRAS

A sociedade colonial e do Brasil independente não conseguia assimilar a ideia de um País sem escravos, fazendo todo o possível para resistir aos avanços britânicos contra a nação, a elite brasileira buscou postergar ao máximo o fim do tráfico negreiro e da própria escravidão (SCHWARCZ et STARLING, 2021, p.274). Todavia, já era sabido que o tráfico iria cessar, com essa perspectiva o Império teve que repensar a sua política externa que, até então, era pautada no tripé: manutenção do tráfico; Bacia Amazônica e Bacia do Prata.

Os riscos em tentar manter o comércio infame eram altos, e o retorno relativamente pequeno, tendo em vista que o tráfico estava fadado a findar. Opor-se contra as pretensões inglesas poderia resultar em ocupação e perda de partes do território nacional e concessões semelhantes às do processo de independência.

Em contrapartida, havia uma forte tensão na Bacia do Prata, região que se situa a fronteira de 4 países (Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai), os conflitos nessas regiões vêm desde a época colonial e iriam resultar na Guerra do Paraguai ou Guerra da Tríplice Aliança.

Argentina tinha pretensão de reestabelecer o velho Vice-Reino do Rio da Prata, região que compreende hoje Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai, parte da Bolívia e parte do

Brasil. Essas pretensões levaram ao governo de Rosas (Governador/Ditador argentino) a articular uma política de dominação na Bacia do Prata, mirando primeiramente o Uruguai (SCHWARCZ et STARLING, 2021, p.290-291).

Por sua vez, o Brasil necessitava do domínio da bacia para conseguir escoar produtos do Mato Grosso para o exterior, isto pois a Província não se comunicava por terra com o resto do território. Ademais, o Brasil tinha interesse no comércio de ouro e prata que se estabeleceu na região (SCHWARCZ et STARLING, 2021, p.290-291).

O jovem Imperador d. Pedro II então se deparava com o seguinte cenário: combater as pretensões inglesas por uma causa nefasta e com data para caducar, ou fazer frente às pretensões de Rosas e concretizar o interesse nacional. A escolha era certa.

O Imperador então abriria mão do tráfico negreiro e, em parte com o capital agora disponível pelo fim do mesmo, começaria a apoiar tropas anti-Rosas no Uruguai e na própria Argentina. Rosas responde declarando guerra ao Brasil, dando início à Guerra do Prata, a qual teve como desfecho a tomada de Buenos Aires por tropas brasileira e a formação de um governo amigo na figura de Urquiza (SCHWARCZ et STARLING, 2021, p.290-291).

Assim, ao menos momentaneamente, o Brasil conseguiu a hegemonia na bacia platina e aliviar as pretensões inglesas, pois elas de fato cessariam apenas com o fim da escravidão. Evidentemente a elite brasileira não estava nada satisfeita com o fim do tráfico, todavia é inegável que a solução tomada era a mais razoável naquele momento.

1.6 O TEATRO DA LEI

Agora fica claro pelo contraste com a Lei Eusébio de Queiroz foi apenas um teatro diante da realidade política dos meados do séc. XIX. Toda essa fantasia se mistura com o próprio Império e a figura do Monarca.

Após a independência e um Primeiro Reinado turbulento e de forte teor personalíssimo, coube a Pedro II construir em bases sólidas a identidade nacional. A ideia de um Império civilizado e civilizador entre repúblicas turbulentas era o “slogan” do Império do Brasil (SCHWARCZ et STARLING, 2021, p.268-273). Não é difícil notar como a pecha da escravidão se contrapunha a imagem de um império civilizado.

Ainda que tenha combatido o fim do tráfico negreiro o máximo que o Império conseguiu, ao ser promulgada a Lei Eusébio de Queirós, a retórica brasileira mudou completamente no plano internacional, passou a ser: mais um passo na missão civilizadora do Império do Brasil (SCHWARCZ et STARLING, 2021, p.274-275).

Evidentemente essa retórica disfarça a impotência do regime em sustentar o tráfico. De forma análoga, o Império britânico congratulou o império do Brasil por seu majestoso passo rumo a civilidade, enchendo de prestígio o Brasil, todavia essa lisonja era apenas um verniz para satisfação dos ingleses em imporem sua vontade, majoritariamente, comercial sobre o Brasil.

1.7 UTILIDADE DO REALISMO

Soa entranho falar de ética pela perspectiva realista, uma vez que o realismo político não leva em conta a moral para a tomada de decisões (MAQUIAVEL, 2014, p.73-74), e, de fato ela não existe nessa corrente. Todavia, o pragmatismo realismo pode ser muito útil mesmo para aqueles que não buscam o poder em si, mas sim a mudança de uma situação desfavorável.

Ora, na hipótese de o povo brasileiro, pró abolição, não aqueles que paulatinamente findaram-na mais como meio de postergação que qualquer outra coisa, isto é, a elite político-econômica, mas sim os que sinceramente desejavam o fim daquele sistema nefasto, soubessem a totalidade ou grande parte dos interesses em questão, portar-se-iam melhor politicamente naquele momento histórico.

Mesmo que essa hipótese seja muito pouco verossímil e anacrônica, uma vez que o povo estava distante da corte e conseqüentemente do processo de tomada de decisão, esse exercício imaginativo ainda serve para demonstrar que: somente é possível alcançar o ponto ótimo de uma decisão, qualquer que seja, quando há o conhecimento pleno das forças envolvidas na questão. Esse pensamento levaria à formulação do princípio da publicidade radical, a qual comportaria a publicidade de todo tipo de concertação política, para além do discurso oficial.

As formas de mitigar o princípio da publicidade radical, que apesar de radical, não é absoluto, seriam o caso fortuito e força maior, ou seja, tudo que foge às expectativas

humanas, e os assuntos de alta política (*high politics*), isto é, assuntos que concernem a sobrevivência do Estado, marcadamente segurança.

Toda essa tentativa de instrumentalizar o realismo ainda se encontra em plano teórico, pois, ainda faltar confrontar a realidade, o maior obstáculo para a aplicação da ideia. O cerne do problema é: a classe política atual, assim como a do Segundo Reinado e de qualquer outro momento histórico, não deseja perder seus privilégios, e, ao se exigir uma publicidade plena das concertações (composições, cismas e embates) o poder dela seria quase que totalmente minado. Ademais, os próprios militantes de uma causa, por paixão, preferem a ideologia ao pragmatismo.

2 CONCLUSÃO

Fruto do seu tempo, a Lei Eusébio de Queirós foi resultado direto das pressões britânicas contra o Império do Brasil. Todavia, além de pôr fim ao comércio infame, liberou capital e permitiu a modernização do Brasil imperial, proporcionando os primeiros surtos de industrialização e integração no território.

Mesmo que em um primeiro momento justificada pela Inglaterra como Direito Natural de todo homem pela liberdade e, em momento posterior à Lei Eusébio de Queirós, sustentada pela mesma retórica pelo Brasil, a abolição foi possível, majoritariamente pelos interesses econômicos e financeiros do Império Britânico. As ideias do liberalismo lockeano e kantiano, mesmo que constassem nos discursos, não passaram de verniz político.

Face à complexa situação, o Império do Brasil tomou a decisão de ceder diante as reivindicações inglesas para destinar recursos humanos e econômicos na Bacia do Prata, fato que aquilatou maiores frutos que na hipótese de postergar o fim do tráfico. Além de, como já mencionado, ter liberado capital para investimento e modernização do País.

Independente de ter sido feito de boa ou má-fé, o fim do tráfico rendeu um fantasma de prestígio para o Império do Brasil no plano internacional, isso pois, este derivava no “passo rumo a civilidade” atribuído ao Brasil, que mal disfarçava os interesses ingleses sobre a questão do fim do tráfico.

Não obstante a frieza, e até mesmo amoralidade do realismo político, ele é um instrumento que poder render ganhos sociais ao militar de qualquer causa. Aparentemente incompatível com um discurso de mudança e, naturalmente, ideológico, ele tem validade no momento que os movimentos sociais rompem a bolha da política, reverberando nas pautas

parlamentares e assim fazendo necessário o uso de um agir político-racional para a implementação da mudança.

Ademais, o realismo não vem para destruir ícones de movimentos sociais, mais sim demonstrar a importância da visão objetiva em qualquer projeto político, pois mesmo que o movimento inicial da mudança seja ideológico, o meio pelo qual será implementado será mais eficaz quando melhor obedecer às contingências do cenário histórico.

REFERÊNCIAS

HOBBS, Thomas. **Leviatã: matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. LeBooks Editora, 2019

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo civil e outros escritos**. BOD GmbH DE, 2019.

KANT, Immanuel. **A paz perpétua: um projeto filosófico**. Editora Vozes, 2008.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia: com novo pós-escrito**. Editora Companhia das Letras, 2021.

WENDT, Alexander. **Social theory of international politics**. Cambridge University Press, 1999.

Submetido em 26.04.2023

Aceito em 12.12.2024